

# Funaro admite auditoria da dívida

por Guilherme Barros  
do Rio

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, admitiu, ontem, que o governo irá promover uma auditoria dos meios que a dívida externa brasileira foi contraída. Ele afirmou que a intenção do governo é apurar se houve irregularidades no processo de endividamento externo do País.

Funaro lembrou que, no ano passado, foram levantados alguns casos de irregularidades, destacando o da Cooperativa Central do Sul (Centralsul), que entrou com um processo contra o Bank of America denunciando práticas irregulares na dívida de US\$ 200 milhões contraída pela cooperativa junto àquele banco. A Centralsul saiu vito-

riosa no processo e a dívida foi abatida do saldo total.

O ministro da Fazenda afirmou que, a exemplo desse caso da Centralsul, existem outros que estão sendo apurados e, por isto, pediu ao Banco Central (BC) que fizesse essa verificação do endividamento externo brasileiro.

O assessor para assuntos da dívida externa do Minis-

tério da Fazenda, Paulo Nogueira Batista Júnior, informou que o governo já tem em mãos alguns casos de suspeita de irregularidades da forma de endividamento. Ele afirmou que a auditoria da dívida é uma proposta antiga do PMDB e que agora será efetivada pelo governo dentro da nova posição para a negociação da sua dívida externa.

Nogueira afirmou que essas novas medidas do governo tomadas a partir de sexta-feira passada, quando foi decretada a suspensão dos pagamentos dos juros, comprovam que o governo optou pela alternativa de procurar uma negociação com os credores que seja definitiva para o Brasil e não apenas paliativa.

O assessor para assuntos da dívida externa do Ministério da Fazenda ressaltou que a suspensão do pagamento dos juros irá perdu-



Paulo Nogueira  
Batista Júnior

rar até o dia em que se efetuar a negociação da dívida. Explicou que o presidente Sarney tinha basicamente duas alternativas para o problema da dívida externa; uma seria a de aceitar a ingerência do

Fundo Monetário Internacional (FMI) para ter direito a empréstimos voluntários dos bancos credores e outra era a que optou, de buscar uma solução definitiva para a dívida externa.

Desta forma, Nogueira Batista considerou como incoerentes os boatos de que o governo entregaria ao Legislativo a decisão de o Brasil recorrer ou não ao FMI para negociar a sua dívida externa. Ele acha que esta hipótese foge inteiramente aos rumos que o governo tomou para tratar dessa questão. Acrescentou que a decisão do governo foi de manter seu nível de reservas cambiais e escapar da fórmula ortodoxa de conduzir sua política econômica, que certamente seria obrigado a cumprir caso se submetesse ao FMI. Contudo, acentuou que é difícil, nesse momento, "administrar os boatos".